

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LEITE FILHO, João Batista Barreto. Barreto Leite Filho I (depoimento, 1996). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI) e CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Barreto Leite Filho I
(depoimento, 1996)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Gilberto Negreiros;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Não há informação - - - -;

Data: 15/08/1996 a 15/08/1996

Duração: 1h 0min

Arquivo digital - áudio: 2; Fita cassete: 1;

Esta entrevista é parte integrante de uma série de depoimentos realizados pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1977/1979 e doadas ao CPDOC em 15/08/1996. A escolha do entrevistado se justifica por ter sido destacado repórter político, tendo realizado entrevistas com Luiz Carlos Prestes, entre outros chefes militares, revolucionários dos movimentos de 1922 e 1924. Cobriu a campanha de Vargas e publicou a primeira entrevista dele como presidente.

Temas: Artur Bernardes; Cartas falsas; Censura; Coluna Prestes (1925-1927); Governo Artur Bernardes (1922-1926); História da imprensa; Imprensa; Jornalismo; Lei de imprensa; Liberdade de imprensa; Luís Carlos Prestes; Política; Reação Republicana (1922); Tenentismo; Voto secreto;

Sumário

Fita 1-A: Longas considerações sobre a disputa pela presidência da República em 1922: candidatura do fluminense Nilo Procópio Peçanha representando as forças políticas oposicionistas da Reação Republicana, candidatura do mineiro Artur da Silva Bernardes representando as forças políticas situacionistas, relação entre o episódio das "cartas falsas" e o posicionamento do exército brasileiro, e focalização da questão da autenticidade do voto; considerações sobre a segunda Lei Adolfo Gordo, Decreto n.º 4.743 de 31-10-1923: resultante das greves de 1917 e 1919 e direcionada não contra a liberdade de imprensa, mas sim contra os movimentos operários; considerações sobre o movimento tenentista: relação entre o trauma do exército brasileiro na eleição de 1922 e as revoltas militares de julho de 1922 e 1924, e referência ao advento da denominação tenentismo somente a partir da fundação do Clube 3 de Outubro (1931); considerações sobre o sistema de votação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930: ausência de sigilo do voto, fiscalização deficiente e fraudes, exemplos das cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); importância do desenvolvimento político da questão do voto durante a década; menção da adoção do voto secreto na Argentina com a Lei Sáenz Pena (1912); considerações sobre a imprensa na década de 1920: divisão fundamental entre os jornais situacionistas de pequena circulação subsidiados pelo governo e os jornais oposicionistas de expressiva tiragem mantidos com anúncios comerciais; lembranças de jornais subsidiados pelo governo na década de 1920: os cariocas O País, Gazeta de Notícias, A Notícia, o paulista Correio Paulistano e o mineiro O Minas Gerais; comentários sobre o início da trajetória jornalística do entrevistado aos 16 anos de idade no jornal A Notícia de Candido de Campos e Silva Ramos: a rotina de trabalho e o aprendizado; ligeira referência aos jornais provisórios que eram criados para fins tais como campanhas políticas; lembranças de jornais oposicionistas na década de 1920: Correio da Manhã, A Noite, O Imparcial, O Jornal, O Globo; menção do Jornal do Brasil como inexpressivo naquele contexto de imprensa da década de 1920, apesar de ser uma publicação financeiramente independente; comentário sobre a impopularidade dos governos durante a década de 1920 e a repercussão disso na preferência do público leitor dos jornais; breves impressões sobre Artur Bernardes; referência aos diferentes modelos institucionais dos estados brasileiros na década de 1920; considerações sobre as manifestações de rua na década de 1920: frequência e dificuldades técnicas de repressão por parte das forças policiais; considerações sobre o modelo de organização policial nos anos 1920 e suas transformações: o militarismo, os problemas que a peculiar rigidez de hierarquia ocasionava, e a constituição da guarda civil.

Fita 1-B: Referência à antiga divisão dos jornais em função dos horários das edições e exemplos na década de 1920: os vespertinos O Globo, A Noite, e os matutinos Correio da Manhã, O Imparcial, O Jornal do Comércio; breves considerações sobre o Jornal do Brasil antes da reforma promovida pela condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro; considerações sobre O Jornal de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, onde o entrevistado começou a trabalhar em 1928: o fundador Renato Toledo Lopes, a aquisição por Assis Chateaubriand, os editoriais redigidos por Azevedo Amaral e Sabóia de Medeiros, a exclusividade de publicação dos artigos da agência United Press

Internacional (UPI), a separação entre informação e comentário, a fiscalização pessoal de Assis Chateaubriand sobre as matérias do jornal; menção da função de repórter do Senado que o entrevistado exerceu em O Jornal; impressões políticas sobre Artur Bernardes; longas considerações sobre a relação entre Artur Bernardes e a imprensa: a segunda Lei Adolfo Gordo, o estado de sítio em quase toda a presidência de Bernardes, as modificações introduzidas pelo governo na atividade da censura e as práticas que a imprensa utilizava para contornar as restrições à sua liberdade; relato do início profissional do entrevistado na imprensa: um ano (1922) como repórter de Assistência Pública em A Notícia de Candido de Campos e Silva Ramos, três anos (1923-1926) no pequeno jornal de oposição O Brasil, um ano (1927) em A Manhã de Mário Rodrigues; longas explicações sobre a cobertura jornalística da Coluna Miguel Costa-Prestes: ausência de repórteres acompanhando a marcha em campo, informações e repercussão devidos à publicação dos discursos parlamentares do deputado federal João Batista Luzardo, dificuldades tecnológicas da época; papel de Assis Chateaubriand nos contatos de Luis Carlos Prestes com a imprensa; circunstâncias e realização do primeiro depoimento jornalístico de Prestes na Bolívia; referência ao início da relação jornalística do entrevistado com Prestes em Paso de los Libres na Argentina; papel do entrevistado nos contatos de Prestes com a imprensa; relato do episódio de publicação do Manifesto de maio (1930); longas considerações sobre a profissão de jornalista nas décadas de 1920 e de 1930: imperativo financeiro da acumulação de empregos em mais de um jornal, opinião acerca da honestidade no meio jornalístico, jornada de trabalho não estabelecida oficialmente até o Decreto-Lei 910 de 30-11-1938 do presidente Getúlio Dornelles Vargas, alternativa financeira de acumulação de empregos jornalísticos e serviço público.

*Entrevista:*¹

B.L. – O que eu creio que deu o primeiro toque no processo que ia se desenvolver até 1930 foi a campanha da Reação Republicana, entre... Porque havia dois candidatos à Presidência da República: um era o Nilo Peçanha e o outro era o dr. Artur Bernardes. O Bernardes era apoiado pelo grosso do que se chamava então... Naquele tempo não havia esse negócio de partido. Quer dizer, havia... Os partidos eram nominais. Mas chamavam-se “as forças políticas”. Então, o Bernardes era apoiado pela maioria das forças políticas, que eram representadas no caso por Minas, São Paulo e os outros estados. O Nilo Peçanha era fluminense, era um homem ilustre, muito respeitado, já tinha sido presidente da República – como vice-presidente, para acabar com a... Tinha sido ministro do Exterior... Era um homem ilustre, brilhante e tal. Ele era do estado do Rio, de modo que ele entrou com o apoio do estado do Rio, do Rio Grande do Sul e de várias outras... de oposições espalhadas por aí. Para falar a verdade, eu não me lembro. Seria uma questão de verificar, mas eu não me lembro agora, além do Rio Grande do Sul e do estado do Rio, se havia algum outro estado que apoiasse o Nilo Peçanha. Mas, sem dúvida, foi um grande movimento.

Tudo isso se liga ao fato de você ter falado na Lei Adolfo Gordo. Por isso é que eu falei no livro do [inaudível]. A Lei Adolfo Gordo foi uma lei antioperária; não foi uma lei contra a liberdade de imprensa. Foi uma lei que resultou das greves, das grandes greves de 1917 e 1919, que foram os maiores movimentos de massa operária que tiveram no Brasil até hoje. Até hoje não houve nenhum movimento operário que tivesse a amplitude dessas duas greves, de 1917 e de 1919. A de 1917 foi ainda mais forte, ainda mais ampla, porque em vários pontos – por exemplo, no Rio Grande e em São Paulo –, os anarquistas estiveram [eventualmente]² no poder. Isso você encontrará no livro do...

A Lei Adolfo Gordo foi, portanto, votada contra eles, contra o movimento operário, que era um movimento puramente sindical, porque os anarquistas... Não havia comunistas no Brasil naquele tempo. Nem socialistas. Só havia anarquistas e sindicalistas livres, independentes etc., sujeitos com vários tipos de ideias, mais ou menos interessadas nisso. Agora, dado o fato de que... Esta campanha envolveu o Exército porque o Edmundo Bittencourt, o diretor do

¹ A data do depoimento é desconhecida. Provavelmente foi realizada entre 1977 e 79.

² O mais próximo do que foi possível ouvir.

Correio da Manhã, recebeu umas cartas atribuídas ao Bernardes e nas quais havia insultos muito graves ao Exército, as chamadas “cartas falsas”. A questão nunca se esclareceu de uma maneira, digamos assim, definitiva, mas hoje eu creio que é aceito historicamente que as cartas, de fato, eram falsas. Pelas minhas reminiscências da época – eu estava ainda no Rio Grande –, pelas minhas reminiscências da época, o Edmundo Bittencourt acreditava sinceramente que as cartas eram autênticas.

De qualquer maneira, carta falsa ou autêntica, isto provocou um traumatismo muito grande no Exército. De modo que a campanha se desenvolveu já com o Exército de olho na história e com o Exército muito dividido. Não era um Exército unificado como hoje, ou como mais tarde veio a ser. Em várias ocasiões o Exército brasileiro esteve mais ou menos unido. Mas naquele tempo ele estava ostensivamente dividido. E, evidentemente, era uma minoria do Exército que tomava a questão a sério. De qualquer maneira, isto conduziu à revolta do chamado primeiro 5 de julho³.

Uma coisa que eu faço questão de chamar atenção aqui é que o que se chama tenentismo é uma denominação que apareceu muito depois – apareceu em 1931 mais ou menos, depois do Getúlio tomar o poder – e decorreu da fundação do Clube 3 de Outubro pelos oficiais veteranos desse... Antigamente, chamava-se Movimento de 5 de Julho, porque houve dois: o 5 de julho de 1922 e o 5 de julho de 1924⁴.

A campanha da Reação Republicana contra o Bernardes... Reação Republicana chamava-se a campanha do Nilo Peçanha. Esta campanha traumatizou o Exército e focalizou a questão capital da autenticidade do voto no Brasil. Porque naquela época e, de fato, até 1934, não havia voto secreto no Brasil. O voto era feito a bico de pena. O voto era fraudado em toda parte. Os únicos lugares em que, pela fiscalização, você podia dizer que os deputados e senadores eram legitimamente eleitos eram... No fundo, era o Rio de Janeiro. Eu não diria a mesma coisa... Em São Paulo não era. Possivelmente não era. Embora fosse uma grande cidade, a fiscalização do voto não era severa em São Paulo, inclusive porque em São Paulo, *nesta época*, não havia partido de oposição.

³ O entrevistado se refere à Revolta dos 18 do Forte, ocorrida em 5 de julho de 1922.

⁴ Revolta Paulista de 1924, deflagrada no segundo aniversário da Revolta dos 18 do Forte.

Mas aí, em toda a década, do ponto de vista político, de 1930... de 1920 se desenvolveu em termos... O negócio foi amadurecendo pouco a pouco: houve a revolta de 1922, do Forte de Copacabana, aquele negócio dos Dezoito do Forte que você deve conhecer... Houve o levante do Forte de Copacabana; da Escola Militar, que era no Realengo; e da guarnição do Mato Grosso. É claro que várias outras unidades militares tinham entrado na conspiração, mas por isso ou por aquilo, não entraram. O negócio se deu sobretudo na Escola Militar e no Forte de Copacabana.

O episódio dos Dezoito do Forte foi uma espécie de predecessor da Coluna Prestes, em termos de impressionar, pelo heroísmo, a população do Brasil, sobretudo porque houve um fotógrafo, e aliás, um fotógrafo d' *O Malho*, que teve a sorte de fotografar – é uma fotografia que ficou clássica na história do jornalismo brasileiro –, teve a sorte de fotografar os dezoito quando eles vinham andando.

Toda essa década foi ocupada em campanhas que cada vez foram se cristalizando mais em torno da fórmula do voto secreto. Havia um jornalista de São Paulo, um sujeito chamado, se não me falha a memória, Mário Pinto Serva, que escrevia... Esse homem escreveu, no passado... ficou não sei quantos anos escrevendo, invariavelmente, [**trecho inaudível**], uma vez por semana, ou duas vezes por semana, ou todos os dias. Agora, por seus protestos, nasceu [**inaudível**]. Na verdade, [**inaudível**] em 1922, quando o Bernardes tomou posse, até 1926, quando terminou o mandato do Bernardes. Em 1922, o presidente da República ainda era o Epitácio Pessoa, no 5 de julho. O sujeito tomava posse já... A posse do novo presidente... As eleições, agora eu não me lembro, mas a posse do novo presidente era no dia 15 de novembro. As eleições se realizavam antes. Agora, [**inaudível**], depois houve o Movimento de 5 de Julho de 1924, em São Paulo. Aí, sim, toda a guarnição de São Paulo... a guarnição federal de São Paulo e uma pequena parte da Força Pública do estado, comandada pelo então major da Força Pública Miguel Costa, levantou-se também, para depor o Bernardes. Mas o objetivo era chegar a uma democracia real no Brasil.

É preciso notar-se que a Argentina já tinha adotado o voto secreto anos antes, com a Lei Sáenz Peña⁵. Sáenz Peña foi, para a época, o último dos representantes da velha ordem conservadora da Argentina.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – A Lei Adolfo Gordo era uma lei antioperária e respondia... Você precisa verificar no livro do [trecho inaudível]. A lei se destinava a reprimir o movimento operário e não atingia, ou pelo menos não pretendia [atingir] – de fato, não atingia – a imprensa não-operária. Não atingia a imprensa liberal. Naquele tempo havia dois tipos de jornais ou de publicações no Brasil: havia os jornais que viviam dos subsídios oficiais, subsídios do governo federal, porque depois veio o... O modelo desses jornais era *O Paiz*, do Rio de Janeiro, que tinha sido o grande órgão, no tempo de Quintino Bocayuva, da propaganda republicana. Então, *O Paiz*, do Rio de Janeiro, como vários outros jornais de vários outros lugares, eram jornais do governo e viviam como...

O fator importante a considerar: sistematicamente, por assim dizer, pelo menos no Rio e, em grande parte, em São Paulo e certamente no norte – não no Rio Grande –, os governos eram, invariavelmente, impopulares. Mas como todo o processo político se desenvolvia e, na verdade, tomava corpo no Rio, o que tem importância é o que se passava... Aqui, os governos eram, invariavelmente [impopulares]. Em Minas também... Era muito comum os governos serem impopulares.

Isso se demonstra por esse fato ao qual eu vou voltar. Havia dois tipos de jornais: os jornais que viviam do dinheiro que o governo... que os governos... Porque todo jornal que fosse subvencionado pelo governo federal era, automaticamente, subvencionado pelos governos estaduais. Havia alguns raríssimos governos estaduais – entre os quais, o do Rio Grande do Sul, porque o Borges de Medeiros era um homem extremamente austero e não dava dinheiro a jornal nenhum... Mas certamente, aqui no Rio e em São Paulo – o *Correio Paulistano* era o órgão do PRP⁶. Em Minas Gerais não havia jornais. Em Belo Horizonte, nesse tempo, não havia jornal. Havia um Diário Oficial que era utilizado... onde sujeitos como... Outro dia, ele

⁵ O entrevistado se refere à Lei nº 8.871, de 1912.

⁶ Partido Republicano Paulista.

me falava nisso. [Havia um Diário Oficial] onde os poetas e escritores mineiros publicavam as suas coisas. O Drummond, por exemplo, os primeiros poemas dele apareceram no órgão do estado de Minas Gerais, que se chamava *O Minas Gerais*. Não havia jornal no estado de Minas Gerais. Quer dizer, pelo menos na capital. No interior é possível que houvesse. Devia haver algum semanário ou outro e tal. Mas isso é uma coisa que eu não estou em condições de dizer porque não é uma coisa que eu tenha estudado, e eu não podia estar a par de tudo.

G.N. – Mas além de *O Paiz*, que outros jornais, dessa imprensa subsidiada?

B.L. – Aqui no Rio, eu poderia citar, como mais importantes: *O Paiz*; a *Gazeta de Notícias*; *A Notícia*, do Cândido de Campos, que foi o primeiro jornal onde eu trabalhei. Mas eu trabalhei n’*A Notícia* quando tinha 16 anos, como repórter de Assistência⁷, de modo que a orientação política do jornal me era inteiramente indiferente. Eu não tinha nada que ver com isso. O meu papel era ir à Assistência todo dia, ver os sujeitos que eram... ver a lista dos sujeitos que eram feridos e telefonar para os repórteres de polícia. Esse é um dos capítulos que me são mais caros na minha carreira. Foi o meu aprendizado, porque eu tive um grande mestre, que se chama Mauro de Almeida e que era um dos dois maiores repórteres de polícia do Rio de Janeiro. Para mim, ele era o maior. Mas diziam que ele era... Havia um outro, também Mauro, chamado Carmo, Mauro Carmo, que era chefe da reportagem de polícia d’*A Noite*.

Mas os jornais do governo, os principais aqui no Rio eram: *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e *A Notícia*, e não me lembro, francamente, de mais nenhum. Naquele tempo havia muito jornal provisório, jornais que apareciam e desapareciam: apareciam nas campanhas presidenciais, mas depois desapareciam.

Agora, os jornais de oposição, esses tinham os seus próprios meios de vida, porque esses eram jornais...

G.N. – O *Correio da Manhã*, então...?

⁷ Assistência Pública.

B.L. – O *Correio da Manhã*... Bom, o *Correio da Manhã*, enquanto existiu, foi o maior jornal do Rio de Janeiro. Depois começou a decair, a partir da época do Juscelino. Mas isso não tem nada que ver com isso. Mas o *Correio da Manhã* foi o grande líder – em primeiro lugar, pela audácia do Edmundo, o brilho, e tinha os melhores redatores. Era um jornal notável.

G.N. – E os demais, nessa faixa da imprensa independente? O *Jornal do Brasil*...?

B.L. – O *Jornal do Brasil* não tinha nenhuma expressão naquele tempo. Inclusive, é um fato curioso este, porque o *Jornal do Brasil* só era lido por causa dos pequenos anúncios. Não havia ninguém que comprasse... Havia umas caricaturas do Raul Pederneiras que saíam na primeira página, então, dava um certo interesse. Mas editorialmente, o *Jornal do Brasil*, que tinha mudado de dono, aliás, porque passou das mãos dos dois irmãos Mendes de Almeida, Fernando e Cândido Mendes de Almeida... Depois foi absorvido pelo conde Pereira Carneiro, por motivos financeiros. Mas o *Jornal do Brasil* não tinha nenhuma... Eu não poderia dizer sob tortura qual era a orientação do *Jornal do Brasil*, se era contra ou a favor, mas devia ser muito a... Mas o *Jornal do Brasil* era independente, porque ele vivia dos seus anúncios. Agora, *O Paiz* era pesadamente subvencionado: pelo governo federal e pelo governo de São Paulo e vários governos estaduais. Havia também umas revistas...

G.N. – Nessa época, qual era o de maior tiragem? Era o *Correio da Manhã*?

B.L. – Ah, sem dúvida, de longe. E era, por esse motivo... Era o *Correio da Manhã* de manhã e *A Noite* de tarde. *A Noite* saía em duas edições. Estou lhe falando do começo da década de 20. Na verdade, a década de 30, porque ela acaba no ano de 1930. É a terceira década do século. Vai de 1901 a 1910; depois, de 1911 a 1920, e esta é a década de 20. A rigor, nós devíamos chamar a década de 30. Mas o hábito é de chamar de 20 porque todos os anos acabam em 20, exceto o último ano.

Agora, o *Correio da Manhã* era um grande jornal. O sujeito trabalhar lá era uma honra. Esses jornais tinham vida própria, porque tinham grande circulação, de modo que tinham, também, muito anúncio. O Edmundo Bittencourt fez uma fortuna enorme com o *Correio da Manhã*, porque era um dos jornais... Agora, os outros não tinham... Era tal a impopularidade de todos

os governos... É uma coisa engraçada isso, não é? Depois de 1930 isso desapareceu. Essa nitidez de separação da opinião pública deixou de existir. Mas até 1930, o grosso da população... O jornal do governo não era lido. Por exemplo, *O Paiz* era uma obra-prima de jornal erudito. Não era muito jornalístico; era mais um jornal, vamos dizer, literário: publicava longos artigos, as coisas muito... Era um jornal muito bem escrito. Hoje em dia seria um jornal inconcebivelmente atrasado. Mas naquela época publicava artigos notáveis, nacionais e estrangeiros, mas ninguém lia. [*O Paiz*] tinha três mil exemplares de circulação. *O Correio da Manhã* devia ter... Variava muito, segundo a época. Eu não poderia jurar, mas eu tenho uma reminiscência qualquer de que naquele tempo o *Correio da Manhã* tinha uma tiragem de 40 mil exemplares, o que era, para o Rio de Janeiro, uma tiragem muito grande. *A Noite* devia ter uma tiragem maior, porque era um jornal popular e explorava muito essa coisa da reportagem de polícia – sem ser como *O Dia* ou a *Luta Democrática*⁸. [*A Noite*] era um grande jornal, um grande vespertino, e tinha esplêndidos redatores também, e o Irineu Marinho era um grande secretário de jornal. Quer dizer, ele era um sujeito... A cozinha de jornal, ele fazia admiravelmente. Ele era discípulo do célebre... O homem que introduziu a notícia, o noticiário na imprensa brasileira foi um sujeito chamado Ferreira de Araújo, que foi redator da *Gazeta de Notícias*. Isso numa época muito anterior. Depois ele morreu...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – O Ferreira de Araújo foi um sujeito que deu relevo... Porque os jornais antigos eram jornais doutrinários. O sujeito publicava um artigo de fundo... Chamava-se artigo de fundo. A palavra editorial [não]⁹ existia na língua, não era empregada. O artigo de opinião do jornal era o artigo de fundo. Agora, esses jornais de oposição tinham vida própria, porque tinham grande circulação e tinham, portanto, anúncios. E os jornais do governo viviam das subvenções do governo, só. Essa era...

G.N. – Mas essa imprensa independente, como ela fazia para se manter independente na veiculação das opiniões dela, que se tinham do regime?

⁸ Jornal popular criado em 1954.

⁹ O mais próximo do que foi possível ouvir.

B.L. – Mas não fazia nada. Não, só em mil novecentos e... Eu creio que foi em 1922, mas eu não poderia jurar, que foi votada – ainda, portanto, no governo do Epitácio –, foi votada a primeira Lei de Imprensa. Eu me lembro da manchete do *Correio da Manhã* no dia em que... Quer dizer, no dia seguinte em que a lei foi aprovada pelo Senado. Eu me lembro da manchete do *Correio da Manhã*: “Lei infame, lei celerada”.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – ...ele [Artur Bernardes] levou várias, porque era...

G.N. – Não, eu me refiro à vaia que ele levou quando chegou aqui ao Rio para iniciar a campanha.

B.L. – Ah, bom. Mas essas vaias, naquele tempo... É verdade. O Bernardes era um homem extremamente impopular no Rio de Janeiro e tornou-se extremamente impopular no Brasil inteiro. De modo que eu depois me tornei... Nessa época eu era muito... Eu era garoto aliás. A minha opinião não tinha a menor importância, e só tem sentido aqui porque se trata de um depoimento. Eu, por exemplo, era muito contra ele, porque ele... Era essa coisa de repressão etc. Ele governou quatro anos sob estado de sítio. Naquele tempo não havia... Já tendo a Lei de Imprensa, ele governou quatro anos sob estado de sítio. O Bernardes era um homem de espírito autoritário. Mas por outro lado, ele também... Por exemplo, em 1930, na candidatura do Getúlio, o estado de Minas, que era presidido... Naquele tempo havia duas espécies de... dois tipos: os sujeitos que governavam certos estados e os presidentes de estado. O Rio Grande, São Paulo, Minas Gerais, creio eu – esses três eu tenho certeza –, o sujeito que governava o estado tinha o título de presidente do estado. Em São Paulo havia Câmara e Senado. Agora, outros estados menores, ou por critérios... Por exemplo, Pernambuco, que é um dos grandes estados do Brasil – sempre foi –, o sujeito que governava Pernambuco chamava-se governador, como o governador do Amazonas e coisas assim.

Agora, as vaias. Eu me lembro que naquele tempo as manifestações de rua eram frequentíssimas.

G.N. – E a imprensa [consegua]¹⁰...?

B.L. – Ah, mas sem a menor dúvida. Naquele tempo não havia... As ruas eram invadidas e não havia meio... O único instrumento do governo para reprimir as manifestações era a Polícia Militar a cavalo, a Cavalaria da Polícia Militar. Então, havia até uma técnica: os sujeitos jogavam rolhas no meio da rua e os cavalos escorregavam. Com as rolhas, o cavalo caía e caía o soldado. Era um negócio muito marcial ainda. Mas era a Polícia Militar, que nesse tempo era organizada estritamente em termos militares. Havia os regimentos de Infantaria, ou batalhões de Infantaria e havia batalhões ou regimentos de Cavalaria.

O policiamento, no Rio de Janeiro, o policiamento de rua, o que hoje se chama... veio a se chamar policiamento ostensivo era feito por uma guarda civil que foi nomeada, foi constituída como guarda civil porque os membros da guarda civil eram civis. E isso era importante porque, por exemplo, se um capitão do Exército entrasse numa briga ou praticasse uma contravenção ou um crime qualquer em público, no meio da rua ou uma coisa qualquer assim, ele só podia ser preso por um outro capitão ou um major, ou tenente-coronel etc. Segundo as leis militares, um oficial só pode ser preso por um oficial de patente igual e mais antigo ou patente superior. Tanto que quando se tratou de prender o Hermes da Fonseca, que era o único marechal do Exército, foi uma embrulhada, porque não havia ninguém. Foi preciso chamar o marechal Botafogo, que já era aposentado, e que era, aliás, uma notável figura, para ele efetuar a prisão do Hermes, porque não havia mais ninguém que pudesse fazer porque todos eram inferiores.

Agora, as manifestações de rua, aqui no Rio, eram correntes. Eram até... Evidentemente, quando o Bernardes chegou aqui para tomar posse, dado que ele era muito impopular na cidade, teve uma manifestação enorme contra ele.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – Eu tinha me esquecido, e vale a pena lembrar, um dos grandes campeões jornalísticos da campanha civilista, uma das grandes figuras do jornalismo que fizeram a campanha da

¹⁰ O mais próximo do que foi possível ouvir.

Reação Republicana foi o Macedo Soares, que nesse tempo dirigia um jornal chamado *O Imparcial*. Então, da oposição, você tinha: o *Correio da Manhã*... Os dois grandes jornais de oposição eram o *Correio da Manhã* e *O Jornal*. *A Noite*, do Irineu Marinho, era também de oposição. *O Globo*... Nesse meio tempo, o Irineu Marinho foi obrigado a deixar a direção d'*A Noite*, porque ele tinha pedido um dinheiro emprestado ao Geraldo Rocha – e ele não era homem de negócios –, de modo que ele, a certa altura, ele estava preso ao Geraldo Rocha e o Geraldo Rocha tomou conta do jornal. Ele então saiu e fundou *O Globo*, que era também, portanto... Mas isso já foi em mil novecentos¹¹.... Todos esses jornais...

[FINAL DO ARQUIVO 999_BARRETO_LEITE_FILHO_01a]

B.L. – Todos esses jornais, *O Globo* e *A Noite*, tiravam duas edições por dia: uma era às cinco da tarde e a outra, às sete horas da noite. É uma coisa que hoje, por exemplo... Hoje não há jornais vespertinos no Rio de Janeiro.

G.N. – O único exclusivamente matutino era o *Correio da Manhã*, não é?

B.L. – Não. *O Imparcial* era matutino também; o *Jornal do Comércio*... O *Jornal do Comércio* era um jornal governista, mas era um jornal de tipo... O *Jornal do Brasil* não tinha uma posição muito definida, que eu saiba, ou que eu me lembre. Ele só passou a ter grande atuação na imprensa do Rio depois da reforma feita há anos atrás pela condessa Pereira Carneiro. Antes disso, o *Jornal do Brasil* era comprado principalmente... Eles tinham lá, aliás, grandes repórteres etc. Era um jornal muito bom. [O *Jornal do Brasil*] foi dirigido durante muitos anos pelo Aníbal Freire, que era um político pernambucano que foi ministro da Fazenda, mas isso já na época do conde Pereira Carneiro. Mas o *Jornal do Brasil*, podia se considerar... Nesse meio tempo, surgiu o *O Jornal*. *O Jornal* foi fundado por um sujeito que era político e que depois deixou de ser político e fundou o *O Jornal*. Eu estou procurando me lembrar do nome dele agora. É um nome famoso aliás. Depois ele entrou para o serviço diplomático e, então, vendeu o jornal ao Chateaubriand¹², que, por sua vez, tinha sido redator do *Correio da Manhã* e redator-chefe do *Jornal do Brasil*. O Chateaubriand foi, durante

¹¹ O jornal *O Globo* foi fundado em 29 de junho de 1925.

¹² O entrevistado se refere a Assis Chateaubriand.

vários anos, redator-chefe do *Jornal do Brasil*. Depois ele fez uma viagem à Europa e voltou de lá e tal e um dia ele comprou... O fundador d'*O Jornal* chamava-se Renato de Toledo Lopes – ele tinha sido político etc.

[O Chateaubriand] fez um jornal austero, independente. O *O Jornal*, do Chateaubriand, onde eu comecei a trabalhar em 1928, era um grande jornal. Era um jornal de nível... o que se chama agora de qualidade internacional. Era um jornal do mais alto nível. Era um jornal erudito, os editoriais eram magistrais, escritos geralmente pelo Azevedo Amaral, que era o maior jornalista brasileiro, e outras vezes, pelo Sabóia de Medeiros, e o Chateaubriand escrevia um artiguete. Normalmente, ele escrevia um artiguete de menos de meia coluna, assinado. Uma vinheta, como se chamava. Não sei se ainda hoje se chama vinheta. E tinha os melhores colaboradores, inclusive estrangeiros. Por exemplo, o ex-presidente da França Raymond Poincaré escrevia uns artigos que eram publicados n'*O Jornal* – ele não escrevia só para o *O Jornal* –, o Lloyd George, que tinha sido o grande primeiro-ministro britânico durante a guerra, também escrevia uns artigos. Mas esses artigos eram distribuídos pela United Press, e o Chateaubriand comprou os direitos de exclusividade desses artigos no Brasil. De modo que era um grande jornal.

Quando eu entrei para o *O Jornal*, eu me senti... Porque é o jeito de jornalismo que eu sempre fiz: um jornalismo argumentado, factual. O Chateaubriand era muito exigente nessa questão de imparcialidade, nesta época. O Chateaubriand foi que introduziu, no Rio de Janeiro, sem a menor dúvida, a separação completa entre a informação e o comentário. O que o sujeito escrevesse como informação tinha que ser estritamente objetivo, sem emitir opinião. A opinião era emitida em editoriais ou nos artigos dele ou em certas... No máximo, uma certa reportagem interpretativa. Ele controlava pessoalmente toda a matéria política ou a matéria importante do jornal. Ele controlava pessoalmente. Tudo que eu escrevia... O Mozart Monteiro, que era o repórter de Câmara... Eu era repórter de Senado e o Mozart Monteiro era o repórter de Câmara. Os editoriais, ele lia pessoalmente aquele negócio, e se houvesse alguma coisa que ele não aprovasse como objetividade, então era... Ele corrigia e aí chamava o sujeito e passava uma descompostura.

G.N. – Agora, voltando um pouco ao Bernardes, eu queria saber como foi a convivência dessa imprensa independente com o estado de sítio. **[Inaudível]**.

B.L. – Muito boa pergunta. A convivência foi a pior possível. De um lado, você tinha... Eu faço questão de assinalar em parênteses que eu, embora... Eu era menino, mas embora eu tivesse sido adversário do Bernardes nessa época, eu me tornei admirador dele depois, pela firmeza com que ele... Ele entrou para a oposição, ficou na oposição contra o Washington Luís e colaborou energicamente na campanha, em Minas Gerais e no Brasil, a favor do Getúlio, que era presidente do Rio Grande, e por aí vai.

Um velho analista político, como eu, tende a admirar os sujeitos não apenas pelas opiniões que o sujeito tiver – isso é o que eu chamo de objetividade –, mas pelas qualidades políticas de líder político que ele mostrar. Quer dizer, um sujeito, vamos dizer... Eu não creio que haja, no século XX, duas figuras mais odiosas do que o Hitler e o Stalin. Uma vez eu até escrevi um artigo dizendo que o Hitler e o Stalin foram as duas figuras mais odiosas do século XX e o Mussolini foi a figura mais desprezível, que é outra coisa. Uma vez eu dizia isso em um livro que... em uma crítica que eu fiz de um livro do filho dele para o *Jornal do Brasil*. De modo que se você notar que o teor político do sujeito... que o sujeito tem fibra política, a gente tende a admirar. Foi por isso que... Porque eu nunca estive em desacordo com o Bernardes... de acordo com o Bernardes em matéria de ideias, mas eu passei a apreciá-lo, do ponto de vista da coragem e da energia.

Agora, as relações entre ele e a imprensa não podiam ter sido piores. O Bernardes marcou, na imprensa brasileira, um passo... Em primeiro lugar, ele foi o primeiro beneficiário da Lei de Imprensa; depois, como você acaba de lembrar, ele governou quase todo o tempo sob estado de sítio. Porque já havia um estado de sítio do tempo de 1922, do Epitácio. Esse estado de sítio esgotou-se e a Revolução de 5 de julho... [Artur Bernardes] subiu ao poder em 1922, em 15 de novembro, e em 5 de julho 1924 ele restabeleceu o estado de sítio, por causa da Revolução de São Paulo, revolução chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo então major Miguel Costa. Essa revolução se propagou, como você sabe, até o fim do governo Washington Luís, que tomou posse em mil novecentos e... Não, até o fim do governo Bernardes. Eu creio que a Coluna Prestes exilou-se para...

G.N. – Em 1926, não é?

B.L. – ...para a Bolívia em 1926. Quer dizer, encerrado o governo Bernardes, a Coluna Prestes dirigiu-se para a Bolívia e de lá começou a devolver ao Brasil os soldados, os sargentos e os sujeitos que não eram conhecidos e que, portanto, não iam sofrer perseguições. Depois, outras figuras de oficiais, também, mas figuras mais obscuras.

G.N. – Um fato como esse, da Coluna Prestes, evidentemente, com o país sob estado de sítio, ele não era noticiado pela grande imprensa, não é?

B.L. – Era. Porque aí havia uma coisa: o Bernardes... Havia uma diferença, naquela época, entre a censura de imprensa... [Havia uma diferença] entre a censura de imprensa daquela época e a censura de imprensa hoje. O Bernardes foi o primeiro sujeito que proibiu... Porque a fórmula clássica, até então adotada, de censura à imprensa consistia no seguinte: você censurava uma matéria qualquer, ou um parágrafo, uma linha, uma palavra, e saía em branco. Não sei quem é que teve a ideia, não sei se foi o Bernardes ou se foi o chefe de Polícia dele, o marechal Fontoura, que era um perfeito chefe de Polícia, do tipo mais odioso que você possa imaginar, ou se foi o ministro da Justiça dele, não sei quem é que teve essa ideia de proibir você deixar em branco o espaço censurado. Se você deixar em branco o espaço censurado, o leitor fica imediatamente advertido de que aquele pedaço foi cortado. Se você encher aquilo, o leitor não sabe. Não há maneira de você... Não há uma maneira *fácil* de você... Agora, este foi o grande passo no sentido... foi o primeiro passo importante no sentido de limitação da liberdade de imprensa no Brasil. E este passo foi dado sob o governo do Bernardes. Não sei se a iniciativa foi dele, mas certamente a responsabilidade é dele, é claro. Se o censor estava sentado na redação e ele passava o lápis vermelho em uma matéria, você era obrigado a botar outra matéria no lugar, para que o leitor não percebesse que tal ou tal coisa tinha sido censurada. No entanto, era muito comum – o que, aliás, tornou-se uma prática habitual –, nas matérias importantes, editoriais e coisas desse gênero, o noticiário sobre a Coluna Prestes, por exemplo... É óbvio que o noticiário era muito vago, porque a Coluna andava lá pelo interior e não havia nenhum repórter acompanhando a Coluna nem coisa nenhuma... O que nós ouvíamos falar da Coluna aqui era um negócio...

G.N. – Não houve nenhuma tentativa de enviar repórter para...?

B.L. – Não houve nenhuma tentativa. Depois, se você quiser, eu lhe conto uma coisa que eu acho pitoresca, a esse respeito. Não houve nenhuma tentativa. Quando eu penso nisso hoje... Eu tive a ideia, na ocasião, mas eu não tinha meios, porque os jornais em que eu trabalhava... Eu trabalhei primeiro, durante um ano, n'A *Notícia*, como repórter de Assistência – A *Notícia*, do Cândido de Campos, que era um primor de jornal, para a época. O Cândido de Campos era um excelente secretário de jornal, ou cozinheiro de jornal, como se diz. Depois eu trabalhei, durante três anos, em um jornal chamado *O Brasil*, que funcionava na rua da Quitanda e que era um jornal de oposição, também, mas era um jornal mais ou menos clandestino: ninguém lia. Tanto que eu fiz uma carreira muito rápida nesse jornal, porque eu tinha 18 anos – eu trabalhei lá entre 17 e 20 anos, três anos –, mas eu era estudante, de modo que o meu pai ainda me ajudava – o meu pai me mandava o suficiente para pagar casa e comida –, e isso me permitiu ficar no jornal. E os outros jornalistas, que eram mais velhos, mais antigos do que eu, a maior parte deles... Todos eles. Não havia ninguém de menos de 17 ou 18 anos lá dentro. Esses que viviam do jornalismo viviam saindo, porque o jornal não pagava. De vez em quando, você arranjava um vale ou uma coisa assim, mas o pagamento regular não saía. Esse negócio de não pagar em jornal é uma velha tradição da imprensa brasileira.

Depois disso eu fui trabalhar n'A *Manhã*, do Mário Rodrigues, onde passei um ano. Eu entrei em 1923, e três anos de *O Brasil* nos leva a 1927, praticamente, porque eu não entrei no começo de 1923, entrei na metade do ano... Fiz três anos de *O Brasil*, onde eu fiz o meu aprendizado completo de jornalismo – e por isto, entrei para lá como repórter de Polícia Marítima e saí de lá editorialista, três anos depois. Isso não poderia ter acontecido em um jornal bem organizado, porque eu teria que marcar passo. Mas os sujeitos iam saindo e eu ia subindo. E lá, consegui me adaptar e desenvolver aptidões para fazer um jornalismo melhor.

O meu grande companheiro nessa época, muito mais velho do que eu e que nunca, aliás... Eu não o considero mestre porque ele nunca me ensinou nada. Eu tive dois mestres de jornalismo: um foi o Mauro de Almeida, d'A *Notícia*, que me ensinou a ser repórter, repórter de Assistência e de polícia, e depois, o Azevedo Amaral, que nunca pretendeu me ensinar

coisa nenhuma, mas eu aprendi pelo fato de ler os artigos dele. O Chateaubriand também teve uma certa influência, mas ele não tinha... Nós tínhamos temperamentos diferentes. A influência dele consistiu apenas em confirmar a minha tendência a um jornalismo objetivo, porque isso ele fazia questão. Os outros jornais opinavam pelas notícias, opinavam nos títulos, opinavam em tudo quanto havia. Mas qual era mesmo a sua pergunta?

G.N. – Sim, é sobre... Por que não ocorreu a ninguém mandar um enviado especial atrás da Coluna?

B.L. – Ah, bom! Isso é interessante. Teria sido muito difícil, porque ninguém, de fato, sabia aonde andava a Coluna.

Ah, mas tem uma coisa que eu esqueci de dizer que é muito importante. Tem uma coisa que eu esqueci de dizer. A matéria que era censurada no jornal, você mandava para um deputado de oposição – o Adolfo Bergamini; o João Batista Luzardo, que depois se tornou um salafário, mas nesse tempo era deputado de oposição – e eles liam o artigo da tribuna da Câmara. E toda matéria lida na tribuna da Câmara não sofria censura, porque seria... Você veja que tempos... Comparados à época, que tempos admiráveis eram esses.

G.N. – Era essa a forma de luta contra a censura?

B.L. – Era. Quer dizer, você então desviava o negócio. Quando era um editorial importante, mandava a um deputado de oposição. Havia vários. [Havia] uns cinco, mais ou menos: um era o Adolfo Bergamini, outro era o Batista Luzardo, havia um de Minas Gerais, e por aí. Havia quatro ou cinco, pelo que eu me lembro. Qualquer coisa dita da tribuna da Câmara era publicada. Apenas, se um sujeito insultava... se um deputado insultava outro, a censura era feita pela própria Câmara, porque era contra o regimento da Câmara. Mas tudo que fosse matéria parlamentar era publicado [na íntegra]¹³.

De modo que a marcha da Coluna Prestes teve uma grande repercussão no Brasil, uma repercussão muito mais duradoura e muito mais profunda do que a dos Dezoito do Forte,

¹³ O mais próximo do que foi possível ouvir.

porque o Luzardo fazia uns relatórios periódicos da Coluna: onde andava a Coluna Prestes e tal. Ele devia... Ou ele recebia informações por vias clandestinas – o que eu duvido, aliás, porque... Ou então, ele inventava. Eu sei que ele mantinha em foco. Ele mantinha a marcha da Coluna em foco.

G.N. – Quer dizer, então, ele que abastecia os jornais, o noticiário sobre a Coluna?

B.L. – Os jornais, então, publicavam os discursos dele. Mas não faziam... O Prestes ganhou um imenso prestígio no Brasil graças ao fato de que... A marcha da Coluna, que em si mesmo teve uma grande justificação de resistência, de coragem, de... Mas você sabe que sem repercussão... Quer dizer, a campanha de Canudos, sem o Euclides da Cunha, ela estaria esquecida. Ninguém se lembraria mais, hoje, que tinha havido uma história em Canudos. O que colocou Canudos em foco foi *Os Sertões* e foi, em primeiro lugar, a reportagem do Euclides da Cunha.

Mas alcançar a Coluna Prestes era muito difícil porque ela estava em permanente deslocamento. E eu digo a você que isto é real por uma razão: o primeiro sujeito que entrevistou o Prestes foi o Rafael Correia de Oliveira, que foi um jornalista muito conhecido no Brasil e que era diretor da sucursal d'*O Jornal*. Nesse tempo, não havia *Diários Associados*; o Chateaubriand tinha um jornal... Ele comprou o *O Jornal*; depois, mais tarde, comprou o *Diário da Noite*, de São Paulo; e ele, assim, foi desenvolvendo essa cadeia dos *Diários Associados*. Mas [o Chateaubriand] depois me disse que tinha mandado o Rafael Correia de Oliveira porque, já estando o Rafael Correia de Oliveira em São Paulo, ele ganhava um dia. Naquele tempo não tinha esse negócio de avião; você tinha que tomar o trem da Noroeste e ir até onde pudesse, lá na fronteira do Mato Grosso, da Bolívia, e o resto você fazia ou de barco ou a cavalo. Eu não me lembro mais como é que o... Agora, o Chateaubriand mandou o Rafael Correia de Oliveira para ganhar um dia, porque ele temia que outros jornais, inclusive *O Estado de S. Paulo*, mandassem... que o *Correio da Manhã*, por exemplo, mandasse um repórter lá. Nenhum teve a ideia de mandar. Durante três anos...

G.N. – Mas ele soube da passagem da Coluna e...?

B.L. – Não, que a Coluna tinha entrado na Bolívia, isto se sabia porque o Luzardo comunicou. Isso era uma coisa que... E é preciso notar que aí já estávamos no governo Washington Luís, e o governo Washington Luís também... O Washington Luís não suspendeu o estado de sítio do Bernardes. Deixou que o prazo do estado de sítio se esgotasse, mas não...

G.N. – Mas a entrevista foi feita na Bolívia, não é?

B.L. – [A entrevista] foi feita na Bolívia e publicada n’*O Jornal*. O sujeito teve que ir lá, voltar e escrever uma reportagem, com uma introdução escrita pelo Azevedo Amaral, o segundo jornalista brasileiro¹⁴. Você não acha isso extraordinário, que só tenha ocorrido ao Chateaubriand mandar...? Depois de localizar o Prestes, o Chateaubriand não teve a ideia, talvez, ou se teve, não conseguiu executá-la, de mandar um sujeito para acompanhar a marcha da Coluna.

Aliás, teria sido extremamente difícil, porque a Coluna não tinha comunicações, a título de reportagem, com o mundo exterior. Ela andava por lá, mas não tinha... Não tinha telégrafo, por exemplo. Poderia ter, mas não tinha. Não tinha um rádio ou um negócio assim. Isso tudo, dentro da tecnologia atual, parece estranho, mas a verdade é que, naquele tempo, eles não tinham estação de rádio, porque seria um trambolho enorme e eles não poderiam transportar etc. E não havia comunicações telegráficas que não fossem censuradas. Seria preciso uma comunicação postal e tal, mas seria difícil porque a Coluna estava sempre no campo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. – Mas é curioso que só o Chateaubriand tenha tido a ideia de mandar fazer entrevistas com o Prestes. Depois eu fiz... Eu fui o terceiro. E depois disso eu passei a ser o porta-voz. Eu ia entrevistá-lo a toda hora. A primeira foi em Paso de los Libres, na Argentina, em frente a Uruguaiana – o nome todo é Paso de los Libres, mas a cidade é conhecida como Libres. E eu encontrei o Prestes lá e fiz a [minha] primeira entrevista com ele. Depois fiz muitas outras, quando veio a campanha de 1929 e 1930 etc. Mas uma coisa estranha é que ninguém tenha

¹⁴ O entrevistado provavelmente quis dizer que este foi o segundo brasileiro a entrevistar Luiz Carlos Prestes durante a marcha da Coluna.

mandado... O sujeito já estava na Bolívia e ninguém mais tenha mandado. O Chateaubriand estava com medo que outro mandasse. Agora, depois disso, as entrevistas todas feitas com o Prestes foram feitas por mim. Inclusive, o Manifesto de Maio – aí não é uma entrevista –, em que ele se tornava comunista, ele mandou me entregar em mão, na redação do *Diário da Noite*, aqui. E quem me entregou isso em mão foi o hoje marechal Cordeiro de Farias e o então tenente [Braga Amorim]¹⁵. Outro dia eu fiz uma referência a esse fato, em um artigo para a *Folha*.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.N. – ...eu pergunto sobre a profissionalização no jornalismo na sua época, a década de 20.

B.L. – É preciso notar o seguinte, eu devo ter sido... Houve outros, mas vieram depois. Eu devo... Não, naquele tempo já havia. Naquele tempo era muito comum um jornalista trabalhar em dois jornais, um da manhã e outro da noite. De modo que, com os dois salários, ele conseguia viver – sempre muito pobremente, se fosse um homem honesto. E em homenagem a esses meus colegas, quase todos mortos hoje, eu devo dizer que os grandes repórteres, editorialistas... a maior parte do pessoal de redação do jornal era inteiramente honesta. A desonestidade que houvesse vinha da direção. Assim mesmo, repito, dos jornais do governo.

G.N. – Agora, e a questão da jornada de trabalho?

B.L. – Bom, isso não havia. Isso veio com as Leis Trabalhistas do Getúlio. Agora, o sujeito trabalhando num jornal... Por exemplo, eu trabalhei, durante uma certa época, n’*O Jornal*, que saía de manhã, e no *Diário da Noite*, que saía de tarde, do Chateaubriand. Havia sujeitos que... Por exemplo, o Horácio Cartier, que foi um grande jornalista, ele trabalhava n’*O Globo* e n’*O Jornal*. Com isto, o sujeito juntava... Juntando dois salários, já dava para o sujeito viver.

Outro meio que havia também era o seguinte... Era muito comum isso, sobretudo no *Jornal do Comércio*, no *Correio da Manhã* e em outros jornais: os sujeitos eram, também,

¹⁵ O mais próximo do que foi possível ouvir.

funcionários públicos. Alguns deles tinham sido repórteres de Câmara ou de Senado e arranjavam um emprego na Câmara ou no Senado. Acabavam arranjando um emprego lá. Então, faziam aquele serviço. Mas uma grande parte era, exclusivamente, profissional de jornalismo. Agora, por exemplo, o *Jornal do Comércio*, que era um jornal respeitável, tinha, frequentemente, uns sujeitos que eram uns sujeitos veneráveis, respeitáveis, barrigudos, velhos etc., que tinham um salário de 300 mil réis, como se dizia. Mas, por outro lado, tinham um cartório, ou tinham uns empregos assim. O *Correio da Manhã* era mestre nisso. Era um jornal de oposição, mas era tão temido pelo governo que se o Edmundo ou alguém do *Correio da Manhã* quisesse arranjar um emprego para um sujeito de lá, eles davam o emprego.

Era muito comum o sujeito acumular as funções de funcionário público com as de jornalista. O que não quer dizer que eles não fossem muito mais... Em grande parte, essas funções, esses cargos de funcionário público eram nominais: o sujeito só recebia o salário. Eu conheci sujeitos que eram funcionários da Central do Brasil que não tinham nem mesa na... Iam lá no fim do mês receber o dinheiro. Iam recebendo um salário. Eu nunca fui funcionário público, e vários outros sujeitos que eu conheci – por exemplo, o Osório Borba, que foi um grande jornalista do tempo dele, nunca teve emprego público nenhum.

[FINAL DO DEPOIMENTO]